

O ensino de economia política no Brasil e a difusão das ideias econômicas estrangeiras no séc. XIX

José Marcelo Cardoso Lima Filho (Unifal-MG; PIBIC-CNPq), Thiago F. R. Gambi (Unifal-MG)

Introdução

Para o estudo do pensamento econômico brasileiro é necessário considerar que, por sua posição periférica no capitalismo mundial, talvez seja difícil encontrar um pensamento econômico original. Em razão de seu caráter prático, voltado para a política econômica concreta, sua produção teórica está, em boa medida, embasada na adaptação da produção teórica dos países centrais, sendo resultante do processo de difusão e assimilação de ideias estrangeiras no país adaptadas às questões sociais e econômicas nacionais (CARDOSO, 1989; 2000; HUGON, 1994; GREMAUD, 1997).

A influência estrangeira se verifica também no ensino da economia política no Brasil. O ensino de economia no Brasil foi estabelecido pela lei de 11 de agosto de 1827, que cria o curso de Direito em Recife e São Paulo, e definia no quinto ano a disciplina de economia política. Além disso, a legislação também previa os livros básicos para cada disciplina, sendo que para economia política foram selecionados os seguintes autores: Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say, Sismonde de Sismondi e William Godwin.

Como observa Gremaud (1997), essa lista mostra a influência predominante do liberalismo inglês e francês. Contudo, essa corrente de pensamento não é abraçada totalmente, o que pode ser ilustrado pela inclusão de Sismondi e Godwin, autores críticos da escola clássica.

Por influência de seu primeiro lente de economia política, Carlos Carneiro de Campos, III visconde de Caravelas, a Faculdade de Direito de São Paulo se filiou à tradição do classicismo francês, adotando a obra de Say - Catecismo de Economia Política - como manual oficial. Além de Say, outro autor que exercerá uma profunda influência sob o pensamento desenvolvido na escola paulista é Henry Dunning Macleod, introduzido por João da Silva Carrão, docente da economia política de São Paulo entre 1860 e 1881.

Posteriormente, em 1864, foi criada a cadeira de economia política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cujo curso será influenciado pelas ideias liberais, porém com elementos nacionalistas, em função do pensamento de seu primeiro docente: José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Em função das influências de Rio Branco aliadas à formação dos professores que assumiram a cadeira na sequência – todos engenheiros –, o ensino de economia política na Politécnica enfatizou a situação da economia brasileira, principalmente em relação à questão da industrialização. Os principais autores estrangeiros que influenciaram o ensino de economia política nessa escola são: Smith, Ricardo, Mill, Macleod, McCulloch, List e Carey (HUGON, 1994).

Objetivo e Metodologia

O objetivo do estudo foi verificar a frequência com que os autores das obras relacionadas à economia política aparecem nos acervos das faculdades de Direito e Engenharia, a nacionalidade desses autores, bem como o idioma e o assunto das obras, a fim de se aproximar das referências utilizadas nas cátedras de economia política das respectivas faculdades e da difusão das ideias econômicas estrangeiras no país.

A pesquisa consistiu no levantamento de informações nos acervos das bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Biblioteca de Obras Raras ou Antigas do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O levantamento foi feito por meio de busca digital nas bases Dédalus (USP) e Minerva (UFRJ). A partir do catálogo geral, foram selecionadas as publicações estrangeiras relacionadas à economia publicadas entre 1801 e 1930. Observou-se nesta listagem de obras a frequência de autores, nacionalidade e assunto.

As publicações selecionadas são todas do século XIX e início do XX. Apesar disso, não é possível afirmar que todas elas já estivessem no acervo das bibliotecas nesse período. Contudo, o cruzamento das obras com informações da legislação sobre a cátedra de economia política e estudos sobre o ensino de economia política nessas faculdades indica que provavelmente elas já faziam parte do acervo desde o século XIX. Essa é uma limitação que só poderia ser superada com a verificação da data de entrada da obra em cada biblioteca. Tal informação não estava disponível no registro virtual.

Resultados

- Os autores que aparecem com maior frequência na Faculdade de Direito de São Paulo são: Proudhon, Say, Ganih, Courcelle-Seneuil e Baudrillart. Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro são: Wolowski, Garnier, Bastiat e Boccardo;

- A França é o país de procedência da maioria dos autores e o francês é o idioma da maioria das obras. A Inglaterra como procedência e o inglês como idioma aparecem em segundo lugar;

- Há um número relevante de obras sobre Moeda, crédito e bancos. Vale destacar que Ganih, Courcelle-Seneuil, Wolowski e Garnier – autores que aparecem com frequência nos acervos estudados – escreveram obras relacionadas a esse assunto.

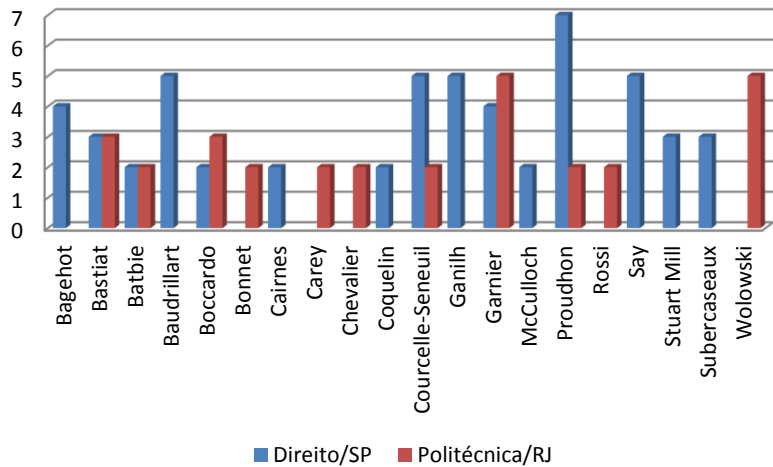
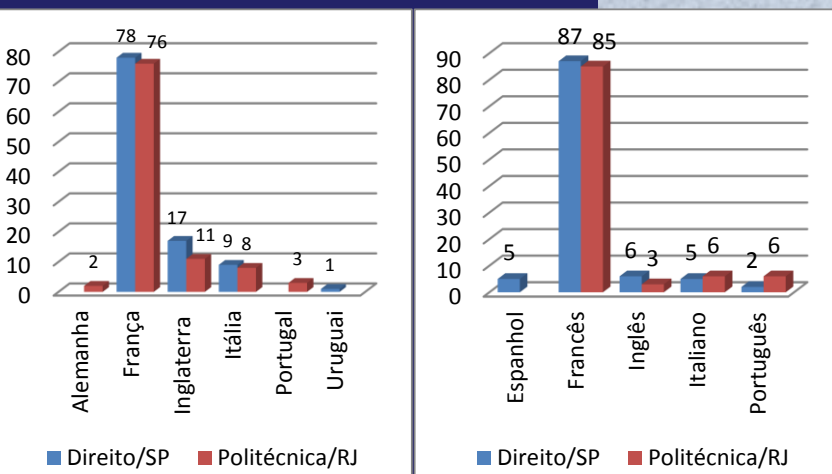


Gráfico 1 Autores mais frequentes nos acervos das bibliotecas da Faculdade de Direito de São Paulo e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro - obras publicadas até 1930



Gráficos 2 e 3: Procedência dos autores e idioma das obras dos acervos referidos acima

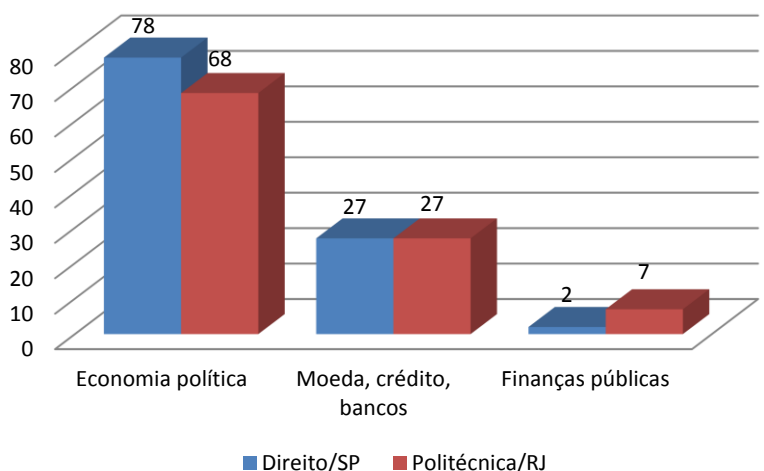


Gráfico 4: Obras dos acervos referidos acima divididas por assunto

Referências:

CARDOSO, José Luís. O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808). Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARDOSO, José Luís. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. Nova Economia, 19 (2), mai-ago. 2000.

GREMAUD, A. P. Das controvérsias teóricas à política econômica. 1997. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo

HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (org.), As Ciências no Brasil, 2ª Ed., v.2, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.